

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N.º DE 2002.

(Dos Srs. Dr. Rosinha e Nelson Pellegrino)

Requerem a convocação do Sr. Ministro de Estado da Saúde – Dr. Barjas Negri, para prestar esclarecimentos sobre o avanço da Epidemia de Dengue em todo o país.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requeremos a V. Excia, que ouvido o Plenário desta Comissão seja convocado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos a realizar-se em data a ser agendada o Sr. Ministro de Estado da Saúde – Dr. Barjas Negri para prestar esclarecimentos sobre o avanço da Epidemia de Dengue em todo o país.

JUSTIFICATIVA

Em junho de 1999, 5.792 guardas endêmicos, conhecidos como mata-mosquitos, foram demitidos da Fundação Nacional de Saúde. Naquele momento, 73 dos 91 municípios do Estado Rio estavam afetados pela dengue. Nesses três anos, a situação só se agravou.

Os mata-mosquitos do Rio de Janeiro levaram a cabo, nesse período, uma luta heróica pelos seus postos de trabalho. Foram reprimidos, desrespeitados e humilhados pelas autoridades do governo. Sofreram com a intransigência do então Ministro da Saúde, José Serra.

Diante do quadro de pânico instalado no Estado do Rio de Janeiro, é pertinente questionar hoje: por que a insistência na demissão, diante de um quadro totalmente adverso, como veremos a seguir?

Em agosto de 1999, numa liminar pela reintegração desses trabalhadores, a Juíza Federal da 8ª Vara Cível, Drª. Lana Maria Fontes Regueira demonstra, em sua decisão, total sintonia não só com os anseios e os direitos dos trabalhadores, mas sobretudo alerta para a preocupação com o bem-estar social e faz um alerta contundente sobre o risco de uma epidemia, com base nos dados do Ministério Público:

“Estamos diante, como bem assevera e comprova o Ministério Público Federal, de uma situação de conseqüências catastróficas, haja vista a iminente ocorrência de epidemia de Dengue Hemorrágica e agravamento da incidência de outras doenças endêmicas no Estado do Rio de Janeiro.

Considerando-se que a mão-de-obra especializada contratada pela Fundação Nacional de Saúde foi desmobilizada, decidindo-se pela municipalização dos trabalhos de campo de combate às endemias sem que os Municípios fluminenses disponham de mão-de-obra treinada para tal fim, é dever da União e da Fundação-Ré assegurar a continuidade das ações de combate a endemias no Estado do Rio de Janeiro.

Isto posto, presentes os pressupostos legais (...) consubstanciados, primeiro no preceito constitucional de que a saúde é direito de todos e dever do Estado e segundo, na possibilidade de dano de difícil reparação que poderá advir da ausência de combate à epidemia de dengue no Estado do Rio de Janeiro, defiro a liminar, como requerida, para determinar à Fundação Nacional de Saúde que proceda a reintegração, a título provisório, por seis meses, dos 5.792 trabalhadores apontados como necessários no parecer técnico sobre necessidade de pessoal da Coordenação Regional do Rio de Janeiro da Fundação Nacional de Saúde.”

Mas a Juíza Lana Maria não fora a única a alertar. Também o fizeram o Ministério Público e autoridades sanitárias, e o fizeram diretamente ao Ministro José Serra,. Isso, há 3 anos! Em 25 de junho de 1999, o presidente em exercício da Fundação Oswaldo Cruz, Dr. Renato Sérgio Balão Cordeiro, encaminhou ao Ministro o alerta de dois técnicos daquela instituição do qual extraímos o seguinte:

“O mosquito Aedes aegypti, vetor clássico do dengue, acha-se amplamente distribuído no Estado do Rio de Janeiro, alcançando, em muitas localidades, uma alta densidade populacional, a qual chega a níveis suficientes para que epidemias da doença sejam desencadeadas, pelo menos dos sorotipos 1 e 2 já circulantes entre nós. Diante disso e da possibilidade da introdução de outro sorotipo de dengue em nosso Estado, pondo a população em maior risco de febre hemorrágica, é importante que as campanhas de controle do mosquito vetor não sofra qualquer interrupção.”

Como se pode observar, o que ocorre no Estado do Rio de Janeiro, hoje, é a crônica de uma tragédia anunciada. Aliás, vimos o mesmo em relação à crise do setor energético que quase levou o país ao “apagão” e impôs a toda a sociedade brasileira um rígido esquema de racionamento. Nesse caso, o governo colocou a culpa em São Pedro; no caso da dengue, muitíssimo mais grave, porque põe em risco a vida da população, a culpa chegou a ser imputada aos cidadãos e mais recentemente, são culpadas as bromélias. Estão longe de ser culpados a população e as bromélias, que num dado momento da cadeia, apenas se somam ao conjunto de problemas causados pela falta de políticas públicas de infra-estrutura, aos esgotos que correm a céu aberto enquanto o governo faz cortes sistemáticos nas verbas destinadas a saneamento.

O certo é que o clima de terror instalado no Estado do Rio certamente não pegou de surpresa o Ministério da Saúde, nem o governador do Estado do Rio, ou mesmo o Prefeito do Rio, cidade mais afetada do Estado. E não bastaram os alertas dos técnicos e das autoridades sanitárias, dos trabalhadores do setor e muitos outros nesses 3 anos. O governo federal seguiu a sua política e ao invés de destinar recursos, ao contrário, cortou da programação dos investimentos em saneamento básico em torno de R\$ 2 bilhões e R\$ 769 milhões da Fundação Nacional de Saúde, que tem sua ação prioritária voltada para o combate às endemias. Mas não é menor a responsabilidade das prefeituras e do governo estadual que se mostraram omissos ou

inoperantes frente ao perigo iminente de epidemia e negligentes na implementação de políticas de infra-estrutura e planejamento.

É o que podemos constatar num trecho da matéria da revista “Época”, de 18 de fevereiro de 2001, cujo título é “O domínio do mosquito”:

“Essa situação no Estado do Rio de Janeiro, teve origem há dois anos, quando a Funasa, órgão federal do Ministério da Saúde, demitiu os agentes de saúde que caçavam mosquitos.

Como determina a filosofia do SUS, delegou a tarefa aos municípios fluminenses, repassando-lhes a verba. As prefeituras não conseguiram organizar-se em tempo. Em maio do ano passado, o então secretário de saúde da cidade do Rio, Sérgio Arouca, enviou um documento ao prefeito César Maia alertando para a iminência da epidemia. Arouca dizia que o município precisaria contratar 1.500 agentes e aumentar o número de equipamentos. “Os números ultrapassaram os limites máximos esperados e apontam medidas de emergência”, dizia o documento. O secretário acabou demitido pelo prefeito César Maria, que só no mês passado, em plena epidemia, tomou as atitudes reclamadas por Arouca.”

“A epidemia que se espalha pelo Brasil já era prevista pelo próprio governo em 1996. Há cinco anos, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu um alerta direto sobre o risco. Antes de sair do cargo, o então ministro da Saúde, Adib Jatene, teve uma longa conversa com o presidente. Fez uma avaliação detalhada de sua gestão e avisou que era preciso implementar o Plano de Erradicação do Mosquito Aedes aegypti, que o próprio Fernando Henrique havia lançado em junho daquele ano numa solenidade no Palácio do Planalto. Na ocasião, a dengue ainda podia ser controlada. O ano de 1996 terminou com 183 mil casos. A doença estava restrita a dois tipos: 1 e 2. Concentrava-se em 17 dos 26 Estados brasileiros. Mas o sucessor de Jatene, o ministro Carlos Albuquerque, não deu continuidade ao programa. Uma de suas primeiras ações foi subordiná-lo ao Departamento de Operações da Fundação Nacional de Saúde. Em 97, só foi liberado um quinto dos R\$ 443 milhões previstos para o plano. No ano seguinte, a dengue explodiu para 559 mil casos. Diante da situação o médico sanitário Jaime Calado, nomeado por Jatene para a secretaria executiva do plano, pediu demissão. Antes de sair, Calado tomou o cuidado de deixar por escrito uma nova advertência sobre a gravidade do tema. Em ofício enviado à então presidente da Funasa, Elisa Vianna Sá, escreveu em cinco páginas sua preocupação sobre o assunto. “Caso não se tomem providências imediatas, poderemos ter problemas de consequências imprevisíveis com relação a epidemias de dengue hemorrágica e à reurbanização da febre amarela. Hoje, o médico Jaime Calado confirma o histórico de omissão e descaso com a dengue. “Tudo já era previsto. E o pior ainda não aconteceu”, adverte. “Já estamos perto de uma epidemia de dengue hemorrágica”, prevê.”

Dia 19 último, houve nova decisão da 2ª Vara da Justiça Federal e confirmada pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal – 2ª Região determinando a reintegração imediata dos mata-mosquitos. Mas a Superintendente da Fundação Nacional de Saúde, do Rio de Janeiro, Dra. Jônia Franco de Oliveira, está foragida para não assinar a reintegração dos trabalhadores e tem contra ela uma ordem de prisão. Enquanto isso, mais de 300 mata-mosquitos estão nas dependências da Fundação Nacional de Saúde, aguardando a decisão judicial. Por último, a

Fundação Nacional de Saúde, numa atitude desesperada e irresponsável liberou todos os servidores do órgão, parou as atividades da Funasa.

Está claro que a reintegração desses trabalhadores certamente teria papel decisivo no combate à epidemia. No entanto, é temerosa a ação do governo que, depois de alocar homens do Exército e da Marinha para combater o mosquito, portanto uma ação paliativa, extinguiu por Medida Provisória a Fundação Nacional de Saúde e criou a Agência Nacional de Saúde. Ou seja, mais um legado da política desastrosa do Ministro José Serra na área de saúde. Esse é o momento em que os esforços do governo devem estar voltados para a emergência, quando as autoridades sanitárias alertam para o perigo de uma epidemia nacional, e o Ministro da Saúde se desmobiliza e se volta para uma reestruturação administrativa no setor.

Some-se a isso a diminuição, nos últimos anos, dos recursos destinados ao combate a Dengue, como pode ser comprovado através do Orçamento Geral da União, na rubrica “Gastos com a Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas”, visto que o Programa do Ministério da Saúde denominado “Incentivo Financeiro às Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças Transmissíveis” não referem-se somente a Dengue, mas também a diversas outras doenças transmissíveis, o que vem a contrariar as afirmativas de técnicos daquele órgão de que no ano de 2001 o montante de recursos destinado a este fim – combate a Dengue - teria sido maior.

Diante dos fatos acima expostos e da gravidade da situação acarretada pelo avanço da epidemia de Dengue em todo o Brasil é que reputamos ser da maior importância a aprovação do presente pedido para realização de Audiência Pública Conjunta.

Sala das Sessões em 06 de março de 2002.

Dr. Rosinha
Deputado Federal PT/PR

Nelson Pellegrino
Deputado Federal PT/BA